



A PASTORAL DA TERRA E OS ASSENTAMENTOS RURAIS – O Mutirão

Eldorado como um Estudo de Caso *

■ SANDY REGINA CADETE BARBOSA DE JESUS

Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil.
Aqui estamos nós, teus filhos
Esquecidos pelos outros, mas não por ti, Mãe Santíssima!
Ouve o nosso pedido e atende com a sabedoria
que te transmite o Espírito Santo,
Pois é diferente a justiça de Deus
Da que é ditada pelos interesses particulares de cada um!
O que desejamos, e a ti pedimos que nos ajude,
É simplesmente podermos trabalhar
Naquilo que sabemos, e estamos habituados a fazer!
Queremos terra, queremos fazer nascer a vida e o nosso alimento,
No bem que Deus destinou a toda a criação
A todos os homens, mulheres e crianças!
Só ocupamos o espaço que já nos pertence,
Como membros da grande coleção de homens,
Os teus filhos, pobres ou ricos!
Ele nos pertence pela lei de Deus que,
quando criou a Terra, os rios e os oceanos,
Criou também a mulher e o homem,
e nos nomeou senhores da natureza,
Para dela tirarmos o sustento e a própria continuidade da vida!
Arrefece a raiva e o ressentimento
Dos que conservam a terra para outras intenções,
O lucro, o poder, a transmissão da riqueza,
Em prejuízo dos que verdadeiramente trabalham,
como mandou o Criador!
Nossa Senhora Aparecida, mãe de todos os brasileiros,
Propicia-nos a Terra, tem pena de nós,
Teus filhos pobres e sem outra profissão,
Que seríamos sem esperança não fosse a tua misericórdia,
Na qual confiamos, nossa divina intercessora!
Socorre-nos, Mãe dos brasileiros, cuida das nossas vidas, Amém!

(ULYSSEÁ, Lêda. Oração dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)

RESUMO

ESTE ARTIGO ANALISA A ATUAÇÃO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA COMO AGENTE RELIGIOSO NA ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO RURAL MUTIRÃO ELDORADO E RECONHECE O PERFIL RELIGIOSO E SOCIOECONÔMICO DOS TRABALHADORES RURAIS DESTE ASSENTAMENTO.

PALAVRAS-CHAVE: TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA, PASTORAL DA TERRA, ASSENTAMENTO.

Nos últimos anos muito se tem falado sobre a realidade dos trabalhadores rurais sem terra no Brasil. As invasões de terra têm ocorrido cada vez com mais frequência, dividindo as opiniões e despertando interesse de diversos setores da sociedade brasileira devido à violência observada em vários locais de conflito entre os trabalhadores rurais e grandes proprietários de terra.

Ao estudarmos a problemática da questão agrária no Brasil, pudemos perceber que os agentes religiosos exercem uma influência muito maior do que imaginamos. A luta pela terra é uma questão muito antiga e consegue reunir diversas religiões que, mesmo possuindo pontos de divergência entre si no que se refere a suas doutrinas, combatem juntas a exploração no campo brasileiro, conscientizando e organizando os trabalhadores rurais.

Este artigo apresenta o resultado da pesquisa iniciada de 1995 até 1996, no Estado do Rio de Janeiro, objetivando reconhecer o perfil religioso e socioeconômico – a partir do estudo das representações sociais – dos assentados do Mutirão Eldorado¹, e em nossa análise privilegiamos conhecer os agentes modeladores do espaço e interpretar a dimensão religiosa na organização espacial do assentamento. O agente religioso observado nesse assentamento é a Comissão Pastoral da Terra², fruto da visão progressista da Igreja Católica no Brasil após a década de 1970. Atualmente a

Comissão Pastoral da Terra vive contradições tanto em relação à sociedade como um todo, ao poder exercido nela, quanto à questão interna, pois participam devotos de outras religiões. Dessa forma, possui um caráter mais ecumênico do que católico e é essa contradição que vem impulsionando o desenvolvimento da prática pastoral. Todos os integrantes, sejam padres, bispos ou leigos, participam efetivamente no espaço político e religioso. As decisões originam-se da análise política e de motivações teológicas, que visam à criatividade e à eficácia da ação. A criatividade é de responsabilidade de quem decide e vai incrementar as práticas, não estando necessariamente explicitada nos textos bíblicos. É por isso que há mudanças de orientação com grande dinamismo ao longo do tempo, em atenção à conjuntura social, econômica e política do país. De acordo com os depoimentos de seus integrantes, a Comissão Pastoral da Terra nasceu e existe até hoje porque possui um equilíbrio em sua base, ou seja, não é totalmente política nem totalmente um organismo pastoral.

A compreensão da atuação da Igreja Católica no campo brasileiro, e mais especificamente a da Comissão Pastoral da Terra, foi possível a partir de um passado histórico, tendo como ponto de partida o início do século XX. Consideramos em nossa pesquisa as especificidades regionais do Brasil ao

abordarmos, além da atuação da Comissão Pastoral da Terra no Mutirão Eldorado, Rio de Janeiro, também a sua atuação na Região Sul do Brasil, de forma breve.

1. A ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NO CAMPO

BRASILEIRO – UM BREVE HISTÓRICO

Durante praticamente toda a primeira metade do século XX, o campo era fundamental na produção da riqueza do país, já que a economia era basicamente agro-exportadora e as oligarquias rurais tinham grande peso no bloco de poder. Nessa época, segundo Martins (1989, p. 43), a Igreja Católica tinha uma opção preferencial pela ordem, que seria mantida com o trabalhador fixo no campo, junto a sua família. Se este migrasse para a cidade, a família seria desagregada e ele poderia se dispersar da formação católica, sendo absorvido por outras religiões que nasciam e se expandiam nas cidades. A manutenção dessa ordem era também um escudo frente à penetração crescente dos comunistas no meio rural.

A década de 1950 representou, nos planos econômico e político, o marco da industrialização, desenvolvimento urbano e consolidação do populismo no Brasil, ocasião de intenso fluxo migratório – êxodo rural – e mudança no bloco de poder, que passou a se centrar na burguesia urbana. Diante desse novo cenário, a Igreja Católica percebeu estar despreparada para enfrentar a rápida urbanização e se enquadrar no perfil urbano-industrial, já que a ordem estava sendo abalada. A Igreja Católica, no decorrer da história, se identificava mais com o Estado centralizado, pois assim se constituiria como a religião oficial da nação. Segundo Carvalho (1983, p. 69) "A Igreja Católi-

ca se vê impelida a se modificar para não perder o controle da massa rural e criar um discurso que lhe sirva de elemento de relação de força junto aos demais componentes do bloco dominante".

Na década de 1960 ocorre o apoio de setores católicos à ditadura militar, redefinindo assim seus compromissos com as oligarquias rurais – poder local. As oligarquias rurais representavam uma economia tradicional de monocultura de exportação, com relações de trabalho opressivas, entrando assim o desenvolvimento capitalista. O novo conceito que centralizava o pensamento episcopal era o de desenvolvimento. A pobreza no meio rural, as más condições de vida e a situação dos trabalhadores no campo brasileiro passam a ser vistos como falta de desenvolvimento econômico, de insuficiência no interior da economias atrasadas. Nota-se assim que o discurso da Igreja acompanhava a tendência dominante para o desenvolvimento nacional. Porém, logo nos primeiros anos após o golpe militar, a Igreja Católica foi constatando que o desenvolvimento proposto pelos setores militares, ao invés de romper o "círculo vicioso da pobreza", só o realimentava, já que este se deparava com o que Martins (1989, p. 54) chama de círculo vicioso do capital e círculo vicioso do poder. Assim, setores da Igreja Católica começaram a criticar este modelo de desenvolvimento, aproximando-se de uma opção preferencial pelos pobres. De acordo com Carvalho (1983, p. 77)

A Igreja Católica se pronuncia como autoridade e como construtora de uma sociedade, ampliando a dimensão religiosa para uma dimensão social, sob a ótica da justiça e da caridade. A Igreja Católica pode redefinir sua posição quan-

do os regimes políticos não forem aptos a proporcionar o bem do cidadão.

Na concepção de alguns autores, entre eles Martins (1989), o período do regime autoritário militar foi também um meio de afastar os comunistas e outros progressistas, inclusive católicos de esquerda, que com a agitação social e política supostamente impediam que as possibilidades do desenvolvimento econômico e capitalista se concretizassem para os pobres do campo.

A ação católica torna-se indispensável para a população rural, que é pouco beneficiada pelas leis sociais. A Igreja assume para si a tarefa de lutar para que a industrialização não despove os campos e provoque os problemas do urbanismo exagerado. A Igreja Católica passou a reforçar a idéia de propriedade da terra como mantenedora da unidade familiar, da religião católica e como unidade básica de sobrevivência da população rural. Então, passa a defender com mais ênfase a necessidade de redistribuição das terras e da implantação de infra-estrutura para uma melhor condição de vida, ou seja, uma reforma agrária.

Nesse contexto nasce a Comissão Pastoral da Terra, em 1975, com o objetivo de apoiar os lavradores na luta pela reforma agrária, incentivá-los a participar da reformulação nacional da justiça agrária e conscientizá-los sobre a necessidade de se formar um sindicalismo autêntico, através de uma ação pastoral.

A história que antecede o nascimento da Comissão Pastoral da Terra é de muita repressão e dificuldades de vencer o isolamento. Esse isolamento só foi vencido quando as equipes pastorais de todo o país perceberam que, sem uma articula-

ção em nível nacional, não seria possível continuar os trabalhos. Como primeira tentativa de articulação, houve um encontro de bispos em 1972, onde foram publicados três dos cinco documentos programados: a) "ouvi os clamores do meu povo", sobre o nordeste; b) "marginalização de um povo, o grito das Igrejas", sobre a realidade do Centro-Oeste; c) "Y-Juca-Pirama, o índio, aquele que deve morrer", um grito de alerta em relação à sorte dos povos indígenas. Outros encontros foram promovidos até serem criados organismos de articulação permanente, primeiro o Conselho Indígena Missionário e, em 1975, a Comissão Pastoral da Terra.

1.1 - AS ESPECIFICIDADES REGIONAIS – O CASO DA REGIÃO SUL DO BRASIL _____

Há uma imensa complexidade acerca da questão da reforma agrária. Para que possamos entender o questionamento que envolve a reforma agrária, podemos de início partir do pressuposto de que há cerca de um milhão de famílias que se apossaram da terra sem pedir licença, e terra que pode pertencer ao governo, ou a um proprietário (que muitas vezes pode ser um grileiro). O processo de ocupação ocorre de diferentes maneiras, de acordo com as especificidades de cada região. Assim, as aspirações dos trabalhadores rurais também apresentam especificidades regionais.

Na região Sul e Sudeste, de ocupação mais antiga, os sem-terra têm de enfrentar diretamente a propriedade, já que a terra é de proprietários. Para isso, necessitam de uma sólida organização, um movimento decidido, que precisa de muito apoio. Já na região Norte e Centro-Oeste, onde é mais fácil se tornar posseiro, a solução é a organização

para ocupar as terras. Segundo Silva (1980), houve um claro processo de diferenciação nos perfis de três grandes regiões: a) Centro-Sul, onde a agricultura se moderniza rapidamente pela incorporação de insumos industriais (fertilizantes, defensivos agrícolas, máquinas e equipamentos agrícolas); b) Nordeste, que após a incorporação da fronteira do Maranhão (em meados da década de 1960) e, mais recentemente, a da Bahia, permanece sem grandes transformações fundamentais no conjunto de sua agropecuária; c) Amazônia, incluindo boa parte da região Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás), que representou a zona de expansão da fronteira agrícola a partir do início da década de 1960.

A Comissão Pastoral da Terra posiciona-se ante a questão agrária na região Sul do Brasil como um organismo de serviço, de apoio e de animação. O projeto agrário popular está presente na luta dos sem-terra, dos posseiros, arrendatários, minifundistas e trabalhadores rurais. A Comissão Pastoral da Terra colabora para que haja um crescimento político nas lutas e nas organizações do campo. Nesse sentido, entende-se que lutar pela libertação da terra é lutar pela transformação da sociedade capitalista. No movimento dos colonos da região Sul do Brasil são três as causas das lutas no meio rural: a) preço do produto, como por exemplo a soja, o leite, a uva, o fumo e suínos; b) as barragens e outras obras públicas (Itaipu e as barragens da Bacia do Uruguai); c) a problemática da terra, que envolve milhares de colonos. De acordo com Grzybowski (1983, p. 252),

Na realidade, o capital está recolonizando a região Sul. Este conceito de recolonização visa,

precisamente, dar conta das transformações em curso na estrutura agrária e nas relações de dominação no campo, como resultado da expansão do capital agroindustrial e da subordinação da agricultura à sua lógica. Há uma estratégia nos investimentos de diferentes blocos de capitais, facilitada pela política agrícola e agrária do Estado, que transforma a organização do espaço agrário, deslocando populações e produtos, redefinindo o uso do solo e os sistemas de produção. Nesse sentido, há uma fronteira agrícola externa (hoje a Amazônia e o Brasil Central), e se articula uma fronteira no interior da própria região. (...) No processo, substitui-se o colono. De um lado, pelo granjeiro, pequeno empresário agrícola e pelos assalariados da granja, de outro, pelo pequeno produtor especializado e subordinado à grande empresa agroindustrial.

Esta recolonização tem como consequência o aprofundamento da diferenciação social dos colonos, acarretando uma perda gradativa de sua identidade. Essa perda é agravada porque o colono, principalmente após a década de 1950, vem se endividando a ponto de perder sua terra, passando a ser empregado assalariado. Dessa forma, a própria cultura do homem do campo é desfigurada. Na região Sul, temos exemplo de uma estrutura familiar que tinha como base a pequena propriedade familiar que hoje está em deterioração através da ação do capital. Os excluídos por esse processo, ou seja, os que não conseguem se enquadrar na nova organização social da produção, têm dois destinos: ou migram para os centros urbanos, ou ficam no campo tornando-se colonos

sem-terra, e devemos ressaltar que todo o processo de recolonização capitalista é administrado pelo Estado sob a capa da modernização agrícola.

Para enfrentar toda essa situação, é necessário que todos os movimentos articulem-se entre si, a fim de adquirir um caráter mais efetivo de luta, e que a Comissão Pastoral da Terra procure desenvolver trabalhos a fim de formar uma base de atuação. A Comissão Pastoral da Terra percebe que os trabalhos se desenvolvem com melhores resultados onde há bispos, padres, freiras, agentes pastorais e lideranças de colonos interessados e engajados na pastoral rural, formando assim a base de atuação. O Estado do Paraná, por apresentar essa base, tornou-se o núcleo mais estruturado da região Sul.

Grzybowski (1983) entende a atuação da Comissão Pastoral da Terra nos movimentos dos colonos desempenhando uma função "intelectual orgânica", ou seja, diretiva, educativa e organizativa dos colonos. A Comissão Pastoral da Terra realiza um trabalho de organização de classe e sua eficácia amplia-se à medida que os movimentos começam a se articular e penetram nos sindicatos de trabalhadores rurais, transformando-os no interior, conferindo nova direção e novas bases.

O trabalho da CPT esbarra exatamente nesta canalização política. Os agentes da CPT, formados em sua maior parte em seminários e conventos, com forte espírito corporativo, têm dificuldade em se compor politicamente. A CPT, apesar de sua abertura à problemática social, suporta mal a crítica e a divergência. É isto que explica o medo em relação a intelectuais e partidos. Os limites da atuação da CPT, junto

aos colonos do sul, além dos problemas do seu vínculo com a Igreja, são dados pelas dificuldades em se assumir enquanto ação política, dirigente e organizativa. Ação que aprofunda e administra oposições de classe, num quadro de intensa disputa ideológica. (Grzybowski, 1983)

A Comissão Pastoral da Terra agrupa uma ala progressista da Igreja e da sociedade que não é outra coisa senão o entrelaçamento do processo interno da Igreja com o movimento mais amplo da sociedade. No mesmo sentido, é possível afirmar que a função da Comissão Pastoral da Terra é ajudar o povo a caminhar "com as próprias pernas", se organizando e tomando as decisões em conjunto, a fim de atender aos interesses de todos os integrantes.

No estado do Rio de Janeiro, a Comissão Pastoral da Terra foi criada em 1976, desafiada pelas numerosas expulsões de posseiros que ocorreram neste período na região do litoral sul do estado, onde a abertura da rodovia Rio (RJ) – Santos (SP) incentivava a especulação imobiliária e expulsão dos posseiros. Posteriormente, a Comissão Pastoral da Terra foi ampliando sua atuação no estado do Rio de Janeiro. As linhas de atuação da Comissão Pastoral da Terra – RJ são definidas com especial preocupação relativa às lutas dos assentados no que se refere ao desenvolvimento da produção, de técnicas alternativas e da comercialização, visando à autonomia econômica destes. As lutas são também contra a concentração de riqueza, a expulsão dos trabalhadores da terra e a especulação imobiliária. Nesse estado, as lutas ocorrem principalmente nas regiões do litoral Sul Fluminense, Baixada Fluminense e Região dos Lagos.

Caracterizam-se por serem áreas de antigos conflitos que expressam a resistência ao processo de concentração da propriedade e ao caráter, na maioria das vezes ilegal, da apropriação de grandes áreas por grilagem e violência. Dessa forma, analisamos neste artigo a área próxima ao município de Itaguaí, o município recém-emancipado de Seropédica, no Estado do Rio de Janeiro, onde se localiza o Assentamento Casas Altas – Mutirão Eldorado, revelando a dinâmica do processo de ocupação dessa área pelos trabalhadores rurais sem terra.

2. O ASSENTADO – RECONHECENDO O AGENTE

MODELADOR DO ESPAÇO DO MUTIRÃO ELDORADO _____

A partir da pesquisa empírica realizada no local do assentamento, entre os meses de abril e junho de 1997, reconhecemos que os assentados do Mutirão Eldorado são provenientes de diversos estados brasileiros. A maioria dos assentados, mais de 70%, estão no local desde o início do assentamento, no ano de 1991. Constatamos também que estes assentados pertencem à 2ª e 3ª gerações de trabalhadores rurais sem terra, que migraram de seus estados de origem nas décadas de 1960 e 1970, época de intenso fluxo migratório dos estados da região Nordeste para os do Centro-Sul e Amazônia.

O grupo social em questão, objeto da pesquisa, é constituído de diversas regiões do país. Reuniram-se a fim de conseguirem fixar-se na terra e para isso enfrentaram e ainda enfrentam uma série de dificuldades. Este grupo social, a partir da conscientização de sua realidade de excluídos, tentou reverter esta situação de dominação e, após um período de grande violência, conseguiu finalmente a posse da terra.

O processo de ocupação da área do Assentamento Mutirão Eldorado teve início em dezembro de 1991. Na ocasião, a área era ocupada por grileiros, isto é, falsos proprietários que mantinham a terra improdutiva. Após análise do Instituto Nacional para Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a área foi desapropriada, conforme determinação da Constituição Federal, artigo 184. Com a desapropriação os grileiros reagiram, passando a soltar o gado em direção às cabanas, destruindo-as e pisoteando todo o plantio dos assentados. Além disso, puseram fogo nas barracas e intoxicaram a água utilizada pelos assentados. A situação chegou ao limite em julho de 1992, quando os grileiros, armados, invadiram a área a fim de expulsarem os assentados, que na ocasião estavam acampados. Atiraram contra os trabalhadores rurais, ferindo três pessoas, dentre as quais o então assessor do deputado estadual Paulo Banana, que prestava assistência às famílias assentadas, e mais dois assentados, que ficaram bastante feridos.

Este acontecimento foi levado a julgamento, que ocorreu em 26 de outubro de 1995, no Fórum da Comarca de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro. Os dois grileiros acusados foram condenados, porém somente um continua preso por possuir uma vasta ficha criminal. O outro condenado encontra-se em liberdade por ser réu primário.

A maioria dos trabalhadores rurais do Assentamento Mutirão Eldorado guarda tristes recordações deste período, superadas pela determinação de lutar por um direito de qualquer trabalhador rural, ou seja, ter acesso à terra para plantar e ser feliz. Percebemos através de entrevistas realizadas o quanto esta história de violência marcou a vida destes trabalhadores rurais, e o quanto esta experiência trouxe conscien-

tização e amor a tudo o que eles conquistaram com muita luta e sofrimento.

Assim, como outras comunidades dos assentamentos do Estado do Rio de Janeiro e de outros estados, estão buscando conquistar o seu espaço. São integrantes do sistema capitalista, que gera diferenças sociais, tanto no meio rural quanto no urbano, diferenças estas ainda maiores nos países da América Latina no que se refere ao acesso aos bens e serviços produzidos. Estes grupos sociais excluídos, hoje ocupando um território que já lhes pertence, precisam lutar para que a renda obtida com a comercialização mantenha as necessidades mínimas da família, pois caso contrário não terão como continuar na terra e toda a luta pela permanência nesta terá sido em vão. Na cidade, a situação é ainda pior. O espaço é mais segregado e grande parte da população simplesmente não tem acesso à moradia, pois não possui renda para pagar um aluguel, muito menos comprar um imóvel.

Foi ouvindo seus relatos que pude compreender o sentimento que os prende aos seus lotes, às suas casas. Nunca tiveram uma casa que lhes pertencesse, ou uma terra. Apesar de todas as dificuldades, eles se sentem felizes, pois o amor ao lugar e à terra está no brilho dos olhos dessa gente sofrida. Segundo Tuan (1993, p. 42), "o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado", isto é, quando o indivíduo ou grupo estabelece uma relação de afetividade e pertencimento, criando dessa forma o lugar pleno de signos e significados.

3. O MUTIRÃO ELDORADO – SUA REALIDADE _____

Na área onde está localizado o Assentamento Mutirão Eldorado há poucos recursos, principal-

mente com relação à infra-estrutura. Não há água encanada, rede de esgoto e luz. Os assentados consomem água de poços artesianos e de nascentes. A estrada que começa no centro do município de Seropédica, que possibilita o acesso ao assentamento, encontra-se em péssimas condições por toda sua extensão de 8 quilômetros. As casas do assentamento são, em sua maioria, de alvenaria, porém ainda há moradias de pau-a-pique. Quando Seropédica se emancipou do município de Itaguaí, muitas reivindicações referentes à infra-estrutura do assentamento ficaram sem definição. As crianças, para irem à escola, precisam andar alguns quilômetros, já que não há transporte algum na estrada de acesso ao assentamento. Dessa forma muitos desistem de estudar.

A organização do assentamento é realizada pela Associação dos Trabalhadores Rurais do Mutirão Eldorado, composta de um presidente e mais três integrantes da associação. As decisões são tomadas em conjunto durante as reuniões, que são abertas a todos os participantes. Os trabalhadores rurais do Mutirão Eldorado ocupam cerca de 586 hectares de terra desapropriada para fins de reforma agrária, e na ocasião já possuíam o título provisório da terra, aguardando o definitivo. Essa situação lhes oferecia uma certa vantagem com relação aos outros assentamentos do estado do Rio de Janeiro, alguns bem mais antigos que o Mutirão Eldorado, e que ainda não haviam conseguido junto ao Instituto Nacional de Colonização para a Reforma Agrária a desapropriação da terra. Somente a partir da obtenção do título provisório os trabalhadores rurais têm acesso ao financiamento do Programa de Crédito para a Reforma Agrária – PROCERA, o que viabiliza bastante a ampliação da produção.

A associação possui alguns bens comuns, como um caminhão, trator arado, e vem conseguindo parcerias em diversas ações, como alguns cursos freqüentemente ministrados pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFFRJ, que tem auxiliado os assentados no aprendizado de técnicas de plantio, colheita, alternativas para a não-utilização de agrotóxicos nas lavouras, o que vem despertando um interesse cada vez maior dos consumidores preocupados em ingerir frutas e legumes produzidos de forma mais saudável. Esta parceria tem sido muito benéfica para os alunos da universidade, integrando-os cada vez mais à realidade vivida pelos assentados. A produção obtida é comercializada na feira promovida pela universidade e também no bairro da Glória, na região metropolitana do Rio de Janeiro.

O grande desafio das entidades que colaboram com o Mutirão Eldorado é buscar alternativas de rentabilidade dentro do assentamento, através de uma produção que garanta rentabilidade suficiente para a comercialização e a subsistência das famílias, evitando assim que os assentados trabalhem em outras atividades fora dos limites do assentamento e acabem perdendo a identidade de trabalhadores rurais.

4. O ASSENTAMENTO MUTIRÃO ELDORADO:

CONSTRUINDO A TERRITORIALIDADE RELIGIOSA _____

A fé religiosa representa um aglutinado de sonhos ao mesmo tempo que identifica seus adeptos. Apesar da influência da Comissão Pastoral da Terra no assentamento ter diminuído gradativamente, por conta de divergências internas, que acabaram desarticulando bastante o movimento no estado do Rio de Janeiro durante a década de 1990,

a fé dos assentados ainda é um forte elemento aglutinador, como pudemos constatar na ocasião da Romaria da Terra, que reuniu milhares de peregrinos em julho de 1996. As romarias são eventos preparados pela Comissão Pastoral da Terra, com o apoio do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento – IBRADES, na periodicidade de 2 em 2 anos. Normalmente é escolhido um assentamento do estado para a realização da romaria, o percurso varia de acordo com a área de ocupação. O ponto de encontro onde se inicia a aglutinação das pessoas é sempre o centro urbano mais próximo ao assentamento, e todos caminham em direção a este, onde são realizadas as atividades, dentre as quais a celebração ecumênica, apresentações de grupos de teatro e conferências breves de deputados simpatizantes da causa dos trabalhadores rurais e dirigentes dos assentamentos e das instituições organizadoras. Todos esses eventos visam a sensibilizar os participantes da importância do evento.

As Romarias da Terra podem ser resumidas como um conjunto de rituais que marcam o encontro dos pobres da terra com o Deus da vida, numa pluralidade de formas de ritos e expressões de religiosidade do povo. Nestes cenários, enriquecidos pelas motivações da fé camponesa, percebe-se que a cruz é o sinal de unidade e da redenção deste povo frente aos sonhos, esperanças e lutas que marcam seu cotidiano. É o espaço onde os trabalhadores procuram privilegiar a celebração de suas lutas populares, buscando através da fé a força para continuarem a lutar como pequenos agricultores, assalariados, agregados, assentados, acampados, sem terras, posseiros. Neste espírito de encontro, as Romarias da Terra favorecem a construção de um espaço movido pelo profetismo

religioso e pela atitude política de reivindicar o direito de cidadania e dignidade humana.

Dessa forma, a Romaria da Terra tem a função de resgatar a identidade do homem do campo, suas lutas e seus desejos e divulgar a realidade sofrida desse povo através dos meios de comunicação. No Mutirão Eldorado foi realizada a 9ª Romaria da Terra do Estado do Rio de Janeiro. A mobilização para esta romaria foi grande. Teve início na estrada principal de Itaguaí, antiga Rodovia Rio – São Paulo no quilômetro 49, e os participantes, a maioria trabalhadores rurais de outros assentamentos do estado, percorreram cerca de 8 quilômetros pela estrada de chão que dá acesso ao assentamento. Os romeiros, cerca de dois mil, tinham procedências de várias áreas do estado, realizando assim o objetivo da Comissão Pastoral da Terra. Este evento representa a territorialidade dos trabalhadores rurais sem terra, que conquistaram o direito de morar e plantar no lugar que lhes pertence, após um período de intenso conflito com grileiros da região.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso estudo percebemos que a Igreja Católica tem orientado suas atividades no sentido de efetivar a sua opção pelos excluídos do campo e da cidade. A Comissão Pastoral da Terra vem passando por um momento de reavaliação de suas atividades e de sua existência em todo o país, porém, mesmo que não tenha condições de prosseguir com suas atividades, deixa seu registro na história de cada um dos assentamentos rurais brasileiros e mais especificamente no Estado do Rio de Janeiro. No Assentamento Mutirão Eldorado, objeto de nosso estudo, o apoio da Comissão Pas-

toral da Terra no momento da invasão e durante o período do acampamento foi fundamental para a estruturação do assentamento. Nessa ocasião, foi possível perceber a presença do fator religioso, representado pela Comissão Pastoral da Terra, não como responsável pela organização espacial, mas como base ideológica para a luta. Porém, com o enfraquecimento e quase paralisação das atividades desta, os assentados vêm sentindo falta das reuniões que eram realizadas freqüentemente e do apoio oferecido pela entidade. Constatamos a importância deste agente religioso como incentivador de todas as atividades realizadas pelos assentamentos. Os assentados do Mutirão Eldorado, agentes modeladores do espaço do assentamento, expressam sua religiosidade através da fé cristã, e principalmente a devoção à Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, a santa com a qual os trabalhadores rurais normalmente se identificam mais. Percebemos, através das entrevistas realizadas com os trabalhadores rurais, que a devoção destes é fundamental para a superação de tantas dificuldades enfrentadas a cada dia, motivando pessoas tão diferentes a se unirem e lutarem pelo mesmo objetivo, se fixarem na terra e realizarem o sonho de conseguir a "terra prometida", o "eldorado", de não mais precisarem trabalhar como meeiros, arrendatários, numa terra que não lhes pertence. Como o próprio nome do mutirão, o "eldorado" está se tornando uma realidade na vida de cada família assentada.

NOTAS

- * Monografia de conclusão do curso de Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Apresentada em setembro de 1997.

1. Localiza-se no município de Seropédica, no Estado do Rio de Janeiro. Inicialmente, na época da ocupação da área, em dezembro de 1991, havia um único assentamento, o Casas Altas. Após esse período, os trabalhadores rurais organizaram-se e dividiram a área em dois assentamentos. Um deles é o Mutirão Eldorado, nosso objeto de estudo. Nesse assentamento vivem cerca de 50 famílias.
2. Foi criada em 1975 com o objetivo de analisar os problemas fundiários junto aos trabalhadores rurais, em decorrência das condições sociais e políticas bastante violentas no campo brasileiro. É uma entidade ligada à Igreja Católica, porém possui autonomia reconhecida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, não estando submetida a esta entidade da Igreja Católica. Atua em diversos estados do país, através de núcleos regionais. Sua atuação no Rio de Janeiro, e mais especificamente no assentamento Mutirão Eldorado, é nosso objeto de estudo.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, Abdias Vilar de. A Igreja Católica e a questão agrária. IN: PAIVA, Vanilda et alii. *Igreja e questão agrária: seminários especiais*. Rio de Janeiro: Loyola, 1983. p. 68-126.

CORREIA, Armando. *O território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

CORRÊA, Roberto L. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1995.

GRYBOWSKI, Cândido. A Comissão Pastoral da Terra e os colonos do Sul do Brasil. IN: PAIVA, Vanilda et alii. *Igreja e questão agrária: seminários especiais*. Rio de Janeiro: Loyola, 1983. p. 248-273.

MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. A Igreja face à política agrária do Estado. IN: PAIVA, Vanilda et alii. *Igreja e questão agrária: seminários especiais*. Rio de Janeiro: Loyola, 1983. p. 110-126.

O'DOWYER, E.C. *Conflitos de terra no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Estadual de Assuntos Fundiários, 1980. mimeo.

POLLETO, Ivo. As contradições sociais e a Pastoral da Terra. IN: PAIVA, Vanilda et alii. *Igreja e questão agrária: seminários especiais*. Rio de Janeiro: Loyola, 1983. p. 129-148.

SACK, R.David. *Human Territoriality: its theory and history*. London: Cambridge, 1986.

SARTORATO, C. Rosa. *Dominação x Resistência: os agrotóxicos nas lavouras dos sem-terra – representação social dos riscos à saúde dos trabalhadores*. 274 f. Tese de Mestrado – Fundação Oswaldo Cruz, 1996.

SILVA, J. Graziano. *O que é questão agrária?*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SPINK, M. O.J. *Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1995.

TUAN, Y-fu-. *Topofilia*. São Paulo: Difel, 1980.

_____. *Espaço e lugar*. São Paulo: Difel, 1983.

ABSTRACT

THIS ARTICLE ANALYSES THE ATUACION OF COMISSÃO PASTORAL DA TERRA HOW RELIGIOUS IN ORGANIZATION OF ASSENTAMENTO RURAL MUTIRÃO ELDORADO AND RECOGNIZES THE RELIGIOUS, SOCIAL AND ECONOMICAL PROFILL'S OF RURAL WORKERS OF THIS ASSENTMENT.

KEYWORDS: RURAL WORKERS, PASTORAL DA TERRA, ASSENTMENT